

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.499 - MG (2019/0207644-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : HENRIQUE FERNANDES MOREIRA - MG186100
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.059824-3/000).

Consta dos autos ter sido o recorrente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 16, *caput* da Lei n. 10.826/2003.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora recorrente, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 121/132).

Neste recurso, sustenta a defesa inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não apontada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Busca, inclusive liminarmente, seja revogada a custódia cautelar do recorrente.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 159/163).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a superveniência de sentença condenatória em desfavor do recorrente, substituída a sanção corporal por restritivas de direitos, ocasião em que foi deferido o recurso em liberdade, expedido o competente alvará de soltura.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator